

DE PANINI A LABOV: UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

José Geraldo Pereira Baião*
(zegeraes@uol.com.br)

“Não existe saber sem memória
nem ciência sem passado.”
(Mario Alexandre Cruz, tradutor)

A origem da linguagem humana remonta ao alvorecer de nossa espécie no planeta Terra. A própria noção de humanidade só é possível porque a língua a constitui e fundamenta, fazendo com que nos concebamos simbolicamente como pertencentes a uma mesma espécie dotada da capacidade de interagir socialmente por meio de signos. Portanto, é impossível dissociar as concepções de humanidade e linguagem, já que uma implica a outra: o ser humano se concebe simbolicamente a partir da linguagem, e esta constitui uma característica fundante da espécie humana, ou, nas palavras de MIOTO (p. 15), “as línguas naturais têm uma ligação estreita com o que é definidor da natureza humana”. Segundo CASTILHO (p. 33) “as línguas naturais são o ponto mais alto de nossa identidade como indivíduos e como participantes de uma sociedade”, e essa perspectiva da característica fundante da linguagem em relação à condição humana não passou despercebida aos cientistas sociais, como se observa nas palavras do antropólogo Claude LÉVI-STRAUSS (p. 371): “Quem diz ser humano diz linguagem, quem diz linguagem diz sociedade”.

Constituindo uma característica tão essencial e mesmo fundante de nossa espécie animal, a linguagem sempre despertou o interesse dos seres humanos desde tempos imemoriais. Desde os primórdios de nossa existência, a linguagem exerce-nos um enorme fascínio, pois é por meio dela que nos identificamos como seres humanos em contraposição aos outros animais, que não dispõem de

* Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB).

um sistema simbólico com o grau de sofisticação e complexidade apresentado pela linguagem humana¹.

É a língua também que possibilita que convivamos em sociedade, constituindo-nos como sujeitos, que interagem uns com os outros a partir de um espaço simbólico comum. A linguagem nos possibilita constituir identidades e, assim, interagir socialmente. Enfim, é por meio do sistema linguístico que nos inserimos na realidade histórica e concreta do mundo. A língua constitui, pois, o cimento que possibilita a estruturação tanto social quanto cognitiva dos seres humanos.

Nossa inserção simbólica no mundo se dá, portanto, a partir da linguagem. Aliás, nossa própria percepção da realidade se constitui tendo por base o sistema linguístico, que possibilita a apropriação simbólica do mundo em que vivemos. Nesse sentido, primorosas se revelam as palavras do escritor e Prêmio Nobel de Literatura, o peruano Mario Vargas LLOSA:

“As ideias, os conceitos, mediante os quais nos apropriamos da realidade e dos segredos da nossa condição humana, não existem dissociados das palavras.”

¹ Ao ressaltarmos as diferenças entre a linguagem humana e a dos outros animais, não pretendemos compactuar com a concepção antropocêntrica que o ego humano estabeleceu para si próprio como o suprassumo da evolução. Segundo OTSU (p. 69): “Temos uma visão antropocêntrica da realidade. Achamos que o ser humano é o centro de tudo. No século V a. C., o filósofo grego Protágoras disse: ‘O homem é a medida de todas as coisas’. Essa forma de pensar foi reforçada por milênios, e hoje a Ciência cumpre o papel de guardião dessa perspectiva narcisista”. Nossa linguagem não se revela “melhor” do que a dos demais seres – revela-se diferente apenas. A linguagem humana é como é simplesmente em virtude de contingências sociocognitivas que a vida em sociedade impôs ao longo do processo evolutivo de nossa espécie, e sua alta complexidade não significa que a linguagem dos outros viventes seja “precária”, “insuficiente” ou que apresente “desvantagens” evolutivas, uma vez que qualquer espécie existente representa uma forma de vida plenamente adaptada em relação à evolução – e nesse ponto lembremo-nos do poeta Fernando PESSOA (p. 234): “Basta existir para ser completo”, o que se aplica a todos os seres e suas respectivas linguagens, indistintamente. Nosso grande Machado de Assis também flertou com essa perspectiva ao afirmar que: “Os que amam a natureza como ela quer ser amada, sem repúdio parcial nem exclusões injustas, não acham nela nada inferior”.

No entanto, deve-se ter em mente que os seres, objetos ou fenômenos do mundo – concreto ou imaginário – somente adentram nosso universo cultural quando são *conceitualizados*, ou seja, quando inseridos no universo simbólico constituído pelo sistema linguístico. A língua não expressa o mundo como um decalque ou mero retrato naturalista, mas sim o submetendo a complexos processos culturais e cognitivos de simbolização.

Em relação a essa interface entre linguagem e mundo, esclarece AZEREDO (p. 46) que:

“A linguagem não retrata o mundo, simplesmente porque o mundo expresso pela linguagem não é um mundo de seres e objetos, mas um mundo de *significados*. Se a linguagem fosse um retrato do mundo, a ficção e a mentira seriam impossíveis.” (Destaque nosso)

A culturalização (ou antropologização) simbólica do mundo natural por meio do sistema linguístico é ressaltada nestas expressivas palavras (AZEREDO, p. 58):

“O ser humano vive dentro do mundo como corpo, mas o mundo vive dentro do ser humano como linguagem.”

A linguagem constitui, portanto, condição *sine qua non* para que nos concebamos como seres humanos, fadados a conviver num espaço simbólico linguisticamente constituído a partir das relações ideológicas de poder estabelecidas no meio social. Estamos, pois, irremediavelmente imersos num oceano de linguagem, que nos é contingente e inescapável, já que constituidora da nossa própria essência como espécie animal. A onipresença da língua em relação à condição humana fez com que os seres humanos nos debruçássemos, desde priscas eras, sobre o estudo do fenômeno linguístico.

Os primeiros estudos formais que nos chegaram acerca da linguagem humana remontam à Índia antiga. É do sábio Panini (520 a.C. - 460 a.C.) uma das primeiras sistematizações linguísticas de

que se tem notícia. Panini descreveu o sânscrito clássico, criando, assim, uma espécie de primeira “gramática” da história da humanidade.

A respeito dos pioneiros estudos de Panini, escreve-nos BENVENISTE (p. 30):

“Temos aí algo de extraordinário, uma descrição linguística puramente formal que data, segundo a estimativa mais prudente, do século IV antes de nossa era. Panini, este gramático indiano, tomou a língua sânscrita como objeto. Não tem nenhuma palavra de especulação filosófica, mas somente uma análise formal dos elementos constituintes da língua (palavras, frases, relações entre palavras, etc.). Este texto é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável (...) já se mostra aí o ancestral das pesquisas científicas de hoje.”

No Ocidente, um dos primeiros estudos de que temos registro acerca da natureza da linguagem encontra-se no diálogo *Crátilo*, escrito por Platão (428 a.C. – 348 a.C.). Nesse clássico dialogam três personagens: Crátilo, Hermógenes e Sócrates. No texto platônico, os dois primeiros debatedores assumem posições antagônicas acerca da natureza do fenômeno linguístico em sua relação com o mundo físico ou natural, enquanto Sócrates propõe uma posição intermediária no debate.

Para Crátilo, a linguagem partilharia uma relação de semelhança com a realidade concreta em que nos situamos. Assim, imbuído de uma concepção estreada na analogia, argumenta que as palavras, por exemplo, guardariam semelhança com os objetos e/ou fenômenos representados por elas. Exemplificando essa argumentação, teríamos o caso de palavras da nossa língua como “xixi”, “psiu” e “miau”, em que o som que produzimos ao pronunciá-las remete-nos à sonoridade natural que observamos no mundo físico ao nosso redor. Assim, linguagem humana traduziria a realidade por meio da analogia ou semelhança entre as formas linguísticas e a concretude ou materialidade do mundo.

A argumentação de Hermógenes vai em sentido oposto à defendida por Crátilo. Para o primeiro, a língua não manteria uma relação de semelhança com o mundo físico, constituindo-se, ao contrário, a partir de uma mera convenção social do espírito humano e, portanto, caracterizada pela arbitrariedade ou imotivação dos signos que a compõem. Não haveria uma relação natural e necessária de semelhança entre as palavras e os seres, coisas ou fenômenos por elas representados.

Exemplifiquemos a argumentação proposta por Hermógenes: a pessoa que navega os mares pode ser chamada de “marinheiro” em português, “sailor” em inglês e “nauta” em latim. Mesmo em relação à língua portuguesa, ao lado de “marinheiro” poderíamos também dizer “navegante”, “navegador”, “mareante” e “marujo” para aludirmos a um mesmo referente. Se houvesse uma relação de semelhança necessária entre linguagem e mundo natural, a designação linguística para “aquele que navega os mares” (ou qualquer referente do mundo biopsicossocial) deveria ser uma só, independentemente da língua empregada. Mas não é isso que se verifica ao compararmos os diversos idiomas, pois cada um, em função do meio social que o engendra, apresenta suas estruturas linguísticas próprias para designar e constituir a realidade. A própria existência das diversas línguas humanas por si só constitui uma sólida constatação dos argumentos propostos por Hermógenes.

Vejamos como PLATÃO (pp. 43-44) reproduz a fala de Hermógenes em contraposição aos argumentos de Crátilo, segundo o qual “cada um dos seres tem um nome correto que lhe pertence por natureza”:

"Crátilo dizia que cada um dos seres tem um nome correto que lhe pertence por natureza (...) não sou capaz de me deixar persuadir de que a correção dos nomes seja outra coisa além da *convenção* e do *acordo*. Parece-me que aquele nome que alguém puser a uma coisa, esse será o nome correto; e se de novo o mudar, e já não lhe chamar aquele, o segundo em nada será menos correto do que o primeiro (...) *nenhum nome pertence por*

natureza a nenhuma coisa, mas é estabelecido pela lei e pelo costume daqueles que o usam." (Destaque nosso)

A terceira personagem do diálogo é Sócrates, que procura mostrar que tanto alguns aspectos das concepções analogistas de Crátilo quanto outros pressupostos anomalistas de Hermógenes possuem o seu fundo de verdade. Sócrates tanto argumenta que "é de certa maneira necessário que a convenção e o costume contribuam para mostrar aquilo que temos em mente quando falamos" (PLATÃO, p. 117) como afirma também que "quando alguém souber como é o nome – e ele é como a coisa –, saberá também o que é a coisa, uma vez que lhe acontece ter semelhança ao nome" (*idem*, p. 118).

É da cultura grega também que herdamos o conceito tradicional de *gramática* como um repositório ou receituário para o "bom uso" da língua a partir de um paradigma preestabelecido. No século III a.C., os filólogos alexandrinos, em face da edificação da biblioteca de Alexandria, depararam-se com vários manuscritos clássicos corrompidos em função das inúmeras versões então existentes. Procurou-se, então, restaurar os textos originais e, paralelamente, foram-se registrando anotações e comentários que visavam a elucidar, para os leitores da época, a língua clássica do passado, a fim de facilitar a leitura dos textos antigos. A partir desses comentários e anotações intentou-se catalogar um modelo de língua que servisse aos fins burocráticos do império bem como figurasse como paradigma de perfeição para quem se aventurasse pela exegese ou pela prática da escrita literária em grego clássico. Tomou-se como ideal de excelência a língua literária grega baseada nas obras dos grandes escritores da Grécia clássica, sobretudo Homero (autor que viveu por volta do ano 1.000 antes de Cristo), criador de obras monumentais da cultura humana, como a *Iliada* e a *Odisseia*, obras fundantes da literatura ocidental.

Dessa descrição da língua literária grega baseada nos autores clássicos do passado nasceu o nome *gramática*², que em

² Segundo HOUAISS (pp. 1474 e 1561), o vocábulo "gramática" é proveniente do grego "gramma" ('caráter de escrita', 'letra') e "-ica", sufixo formador de substantivos designativos de "artes, ciências, técnicas", como se observa também em "informática", "semiótica", "matemática", "física", "linguística", "semântica", etc. Vê-se, assim, que a

grego significa “a arte da escrita”. Vê-se, assim, que as origens das prescrições gramaticais remontam a estudos de caráter filológico, ou seja, tratados que versam acerca de textos *escritos* de épocas passadas. Provém desse fato o recorrente desprestígio, ao longo dos séculos, com que a tradição gramatical no Ocidente sempre tratou as modalidades faladas ou orais da língua, bem como qualquer uso linguístico que destoe do modelo idealizado nos compêndios gramaticais tradicionais.

Para os gramáticos alexandrinos, só empregaria o idioma com correção e, portanto, com perfeição, quem seguisse à risca a língua escrita literária catalogada na gramática por eles elaborada. Tudo o que desviasse desse padrão linguístico clássico era considerado “vulgar”, “decadente” e “bárbaro” (este último, um vocábulo cujo viés significativo era dos mais execráveis para a elite letrada grega).

A respeito dessa sobrevalorização da escrita literária por parte da tradição gramatical que impera no Ocidente desde os antigos gregos, argumenta CASTILHO (p. 32):

"Não acho que os escritores trabalham para nos abastecer de regras gramaticais. Eles exploram ao máximo as potencialidades da língua, segundo um projeto estético próprio. Ora, *as regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia*. Isso não exclui a fruição das obras literárias, mas é uma completa inversão de propósitos fundamentar-nos nelas para descrever uma língua." (Destaque nosso)

Da concepção de desvio do padrão escrito literário catalogado na gramática tradicional como “corrupção” ou “deteriorização” de uma língua pretensamente “pura”, “bela” e, portanto, “perfeita”, nasceu a noção de *erro linguístico*, que vigora até os dias de hoje em nossa sociedade. Segundo essa ideologia

gramática (“arte da escrita”), na concepção dos filólogos alexandrinos, vincula-se à modalidade escrita literária da língua.

hegemônica, qualquer uso linguístico que não se enquadre nos preceitos da gramática normativa não se revela sequer digno de estudo, já que é visto, preconceituosamente, como algo “ilógico”, “irracional”, que “não segue regra de estruturação alguma” – “linguajar de bárbaros”, enfim.

A respeito do legado dos filólogos alexandrinos para a concepção de língua e seu estudo e respectivo ensino em grande parte do Ocidente, comenta BAGNO (pp. 43-44):

"Para os filólogos alexandrinos, a oposição crucial se dava entre *fala* e *escrita*. Para eles, grandes admiradores da produção literária do passado glorioso da Grécia clássica, somente a *língua escrita literária* merecia atenção, análise, descrição e teorização, e somente ela poderia servir de base para a *prescrição* de normas do 'bem falar' e do 'bem escrever'. Nessa visão, a fala era caótica e desregrada, o lugar do erro e do equívoco, enquanto a escrita (concebida como algo homogêneo) era límpida e regulada.

(...)

Com isso os alexandrinos definiram os rumos dos estudos gramaticais e da pedagogia das línguas por mais de dois mil anos. Acreditando na perfeição irrefutável da língua escrita literária, eles vão criar, com base nela, um modelo ideal de 'língua correta', que deveria servir de meta a ser alcançada por todo cidadão (...) Nem é preciso dizer que aí está a origem das noções de *certo* e *errado* que tanto estrago têm feito ao longo da história da humanidade."

Com a conquista dos gregos pelos romanos, no século II a.C., a concepção helênica de gramática como repositório exclusivo da correção e perfeição linguísticas foi incorporada à gramática latina e, conseqüentemente, expandida por grande parte do império romano. Deve-se notar, no entanto, que tal concepção gramatical circunscrevia-se exclusivamente às elites sociais letradas, já que a

quase totalidade da população à época era composta de trabalhadores braçais e escravos, grupos sociais que se encontravam à margem das instâncias sociais de poder e, portanto, alienados também da cultura letrada.

O acesso às modalidades linguísticas de prestígio sempre representou, nas sociedades humanas, um privilégio de uma pequeníssima minoria social. Como detentoras dos aparelhos ideológicos de Estado, as elites sociais, encasteladas desde sempre no poder, nunca demonstraram, ao longo da história da humanidade, muita dificuldade em naturalizar socialmente sua concepção idealizada de língua como a suma verdade do saber linguístico, em flagrante desconsideração e menosprezo para com as variedades utilizadas pelos demais estratos sociais. A história está aí a demonstrar como a apropriação e respectiva imposição por determinada classe social de uma concepção hegemônica e elitizada de língua constitui mais uma estratégia ideológica, entre outras tantas, de manutenção do poder³.

O cultivo do beletrismo inspirado pela gramática tradicional sempre se constituiu numa atitude característica de pequeníssimos grupos da elite dominante e serviu, ao longo da história, como uma das muitas fronteiras ideológicas erigidas para separar os donos do poder – pretensos detentores exclusivos do saber linguístico – das classes social e economicamente desprestigiadas, que, na perspectiva da ideologia hegemônica, fariam uma língua “errada”, “ilógica”, “desestruturada” e, portanto, “bárbara”.

Em relação à incorporação da concepção gramatical grega pelos romanos, comenta CAMARA JR. (pp. 27-28):

"A cultura romana aceitou e aplicou ao latim, em suas linhas gerais, o estudo da língua que os gregos haviam criado e desenvolvido. Mas a abordagem filosófica deu margem a uma

³ O incensamento de uma determinada modalidade de língua – literária e elitista – constitui uma estratégia ideológica de diferenciação classista, uma vez que nem mesmo os pretensos “ilustrados” da elite social seguem à risca, em seus atos discursivos cotidianos, o artificialismo linguístico estampado nos manuais normativos da língua, voltados para as produções literárias escritas.

gramática normativa mais estrita. O objetivo principal da gramática latina foi o que vimos chamando de 'o estudo do certo e errado'."

Se hoje, caro leitor, vamos a uma livraria e compramos uma gramática tradicional, levamos para casa uma concepção ideológica gramatical grega, forjada no terceiro século antes de Cristo, de viés marcadamente elitista e excludente, que se espalhou pelo Ocidente por influência do Império Romano, o qual acentuou ainda mais o prestígio de um pretense modelo ideal de língua, baseado na escrita literária, em detrimento das demais modalidades de uso do idioma.

A influência do latim (e, portanto, de sua concepção gramatical clássica herdada dos gregos) como língua de cultura hegemônica europeia durou até o final da Idade Média. Com a formação dos primeiros Estados nacionais na Europa, no alvorecer da Idade Moderna, o latim vai perdendo sua influência como língua de cultura, uma vez que vão ganhando prestígio os diversos *vernáculos*⁴ ou *línguas nacionais*. Tal fenômeno se deve ao fato de um dos esteios simbólicos do sentimento de nacionalidade constituir, justamente, a concepção de uma pretensa língua comum entre os cidadãos de um país.

A própria noção de pátria representa uma construção linguística, que permite, por meio de um discurso fundador da nacionalidade, a constituição simbólica de um pretense passado social comum, muitas vezes mitológico e imaginário, que nem sempre se verifica nos fatos históricos concretos ou empíricos.

O poder simbólico da incorporação ao discurso fundador de uma pretensa língua nacional comum é ressaltado por BERENBLUM (p. 17):

"A nação necessita de unidade e essa unidade - cultural e linguística - possibilita a identificação dos indivíduos como cidadãos. É durante esse processo que se difunde de maneira

⁴ Por *vernáculo*, entenda-se "a fala corrente, do dia a dia, numa determinada comunidade" (TRASK, p. 304).

oficial a ideia de língua materna e ela funciona como fator de unidade e símbolo de identidade."

ORLANDI (pp. 12-13) aponta para a força do simbolismo expresso pelo discurso fundador, que, segundo a autora:

"vai nos inventando um passado inequívoco (...) que dá a sensação de estarmos dentro de uma história (...) São enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia a dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica (...) são espaços de identidade histórica: é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima. [Esses discursos] nos constroem um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada."

A autora (*idem*, p. 13), porém, adverte para o viés essencialmente ideológico e simbólico desse discurso:

"Não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico (...) é a memória histórica que se faz pela 'filiação'. Aquela na qual, ao significar, nos significamos."

A partir do discurso fundador hegemonicamente instituído, naturaliza-se a concepção de uma pretensa língua nacional como o idioma da "união" e do "congraçamento" entre os cidadãos, uma espécie de patrimônio linguístico comum que pairaria acima de distinções étnicas, sociais, culturais e até mesmo de outros falares que coexistam no seio da nação.

Com o surgimento e a consolidação dos Estados nacionais europeus, vão consolidando-se também as línguas portuguesa, espanhola, inglesa, francesa, entre outras. Fica o latim nesse contexto histórico, portanto, relegado a um esquecimento paulatino e inexorável. Contudo, a influência ideológica (de origem grega) da

gramática latina vai pautar a confecção dos primeiros compêndios normativos das línguas nacionais europeias, encontrando-se essa concepção teórica presente até os dias de hoje em nossas gramáticas tradicionais, que, ao privilegiarem a língua escrita literária de autores clássicos do passado, simplesmente ignoram as modalidades linguísticas empregadas pela maioria da população, as quais, ao contrário do que pressupõe a tradição gramatical, constituem estruturas que seguem regras perfeitamente sistemáticas e recorrentes, não representando, portanto, nada de "errado" - trata-se apenas de outras gramaticalizações do sistema linguístico presentes efetivamente na sociedade.

Variedades linguísticas não contempladas pela gramática tradicional não constituem erros; simplesmente não tiveram o beneplácito ou o galardão do incensamento dos donos do poder, que estabelecem hegemonicamente a sua concepção linguística como a norma de prestígio social.

Predominou no século XVII, na Europa, a concepção iluminista de culto à racionalidade humana. Tentava-se, à época, por meio do culto à razão, renegar o ideário medieval, que se pautava ideologicamente pelo misticismo religioso de cunho católico, com suas fogueiras inquisitoriais e toda a sorte de mecanismos nefastos e opressivos de sustentação e manutenção do prestigioso e influente poder eclesiástico.

O ser humano, segundo os preceitos iluministas, deveria orientar-se exclusivamente por sua razão, e não por pretensas entidades metafísicas que habitariam um inefável mundo do além. Ao modelo teocêntrico medieval (o Deus católico, apostólico e romano como medida de todas as coisas) contrapunha-se, no chamado Século das Luzes, o ideário antropocêntrico da era moderna (o ser humano, guiado pela razão, como senhor de seu destino).

A noção de racionalidade como uma característica inata dos seres humanos estendeu-se, por sua vez, aos estudos gramaticais de então. Sendo a linguagem concebida à época como a manifestação da razão, procurou-se elaborar uma gramática que a traduzisse linguisticamente. Pressupunham os iluministas que as categorias gramaticais da língua constituiriam derivações da racionalidade humana.

Surgiram dessa concepção racionalista setecentista as chamadas *gramáticas gerais* ou *racionais*, que não se detinham em estudar exclusivamente determinada língua, mas sim procuravam expor os mecanismos universais com os quais a razão se manifestaria por meio das várias línguas naturais. Para os gramáticos do século XVII, haveria um substrato lógico e racional comum a todas as línguas existentes, que as estruturaria. O mais famoso desses tratados é a *Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada*, publicada em 1660 pelos franceses Antoine Arnauld e Claude Lancelot.

A concepção de que as diferentes línguas são estruturadas por princípios gerais e comuns à racionalidade humana será resgatada pelo linguista estadunidense Noam Chomsky, em meados do século XX, com sua teoria da *gramática gerativa*, que propõe a existência de uma *gramática universal* (conjunto de princípios estruturantes gerais a partir dos quais todas as línguas humanas derivariam) como uma dotação hereditária de nossa espécie. Chomsky, portanto, muda o foco da análise linguística: da racionalidade para a genética.

No século XIX, os estudos acerca da linguagem dão uma guinada em direção à evolução histórica das línguas. Século caracterizado pelo cientificismo, pela “volta ao passado” tão propugnada pelos escritores do Romantismo europeu e, sobretudo, pela revolucionária teoria evolucionista do inglês Charles Darwin, também nas pesquisas a respeito da natureza da linguagem humana enveredou-se pelos estudos evolutivos e comparativos das principais línguas de cultura com o objetivo de identificar-lhes as semelhanças estruturais e assim, por meio do método histórico-comparativo, retroceder até se encontrar a língua primeira ou a *língua-mãe*, que, supunha-se à época, seria o proto-indo-europeu. Procurou-se descortinar no século XIX, portanto, uma espécie de genealogia linguística.

A concepção de uma origem comum a todas as línguas humanas não constitui pensamento original e exclusivo do século XIX, uma vez que proposições nesse sentido já tinham sido aventadas em épocas anteriores, como, por exemplo, relata-nos VIARO (p. 26):

“Por causa das grandes navegações, muitos europeus do século 16 se viam em terras longínquas, nunca antes exploradas e o impacto da diferença linguística e cultural de povos recém-conquistados nunca foi tão grande na história da humanidade (...) É desse período o surgimento dos primeiros estudos comparativos de línguas e também das primeiras propostas de língua-mãe.”

Em relação aos estudos linguísticos do século XIX, destacamos as palavras de MUSSALIM (p. 27):

"O século XIX em Linguística caracterizou-se pelos estudos comparativistas e históricos da língua. Esses estudos desenvolveram um método de manipulação de *dados linguísticos enquanto dados linguísticos* e trataram, pela primeira vez, a linguagem em si mesma e por si mesma, sem abordá-la em função de outros projetos, ou seja, sem subordiná-la ao estudo da retórica, da lógica, da poética ou da filosofia."

O século XIX caracterizou-se, portanto, pelo estudo histórico, comparativo e evolutivo das línguas, e foi justamente a partir dessa investigação metódica da *estrutura interna* dos sistemas linguísticos, com o objetivo de descrever seus mecanismos de mudança ao longo do tempo e desvendar-lhes a evolução, é que nasceu, no início do século XX, a moderna ciência linguística, a partir dos estudos atribuídos ao suíço Ferdinand de Saussure, organizados na obra póstuma seminal *Curso de Linguística Geral*, marco da Linguística contemporânea⁵.

⁵ Saussure faleceu em 1913, mas seus ensinamentos foram reunidos por Charles Bally e Albert Séchehayé, a partir das anotações dos famosos cursos do mestre genebrino na Universidade de Genebra (1907-1911), no livro a que se deu o nome de *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916. Em relação a esse opúsculo seminal, deve-se atentar, no entanto, para a observação de ARRIVÉ (p. 20) de que Saussure “não publicou o que escreveu e não escreveu o que foi publicado sob seu nome”. Faz-se

A preocupação de Saussure consiste em privilegiar, por meio de um método científico e com referencial teórico específico, a estrutura interna dos sistemas linguísticos. Para ele, os estudos acerca da língua deveriam essencialmente seguir o seguinte preceito (pp. 24-25):

“Necessário se faz estudar a língua em si. Até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa, sob outros pontos de vista.”
(Destaque nosso)

Segundo CASTILHO (p. 45), tais postulações saussurianas "libertaram a Linguística da relação de dependência que ela vinha mantendo com a Lógica, a História e a Literatura", ou seja, Saussure contribui para estabelecer as bases da ciência linguística, cujo objeto de estudo é a língua enquanto código efetivo de comunicação entre os falantes.

Saussure propôs que o estudo da língua se pautasse por uma *perspectiva internalista*, de viés abstrato e sistêmico, com foco exclusivamente no modo como ela se apresenta estabelecida ou organizada para possibilitar a comunicação efetiva entre os falantes de determinada sociedade. Saussure impulsiona, assim, as bases para a fundação da *Linguística sincrônica* ou *estrutural*, em contraposição à perspectiva histórica hegemônica no século XIX.

A preocupação saussuriana consiste em desvendar os mecanismos gerais e abstratos de estruturação e funcionamento que subjazem às várias línguas humanas, uma vez que, em meio à sua diversidade, há princípios universais de estruturação que são comuns a todas elas – e o desvendamento desses princípios gerais das línguas constitui o objetivo da ciência linguística.

A partir das proposições atribuídas a Saussure consolida-se o estudo do sistema linguístico como uma investigação pautada por princípios científicos. Saussure procurou estabelecer um referencial teórico, amparado por uma metodologia científica, que visasse a descrever o funcionamento das línguas humanas em geral. Tal perspectiva representou, sobretudo, uma revolução nos estudos da

necessário, portanto, comparar o *Curso* com o que nos chegou dos manuscritos do autor para que possamos traçar um panorama de sua teoria linguística.

linguagem, pois, lembremos, antes da época de Saussure, a língua escrita (sobretudo a literária), encastelada em grossos compêndios livrescos e inacessível ao comum dos mortais, era basicamente a única considerada digna de prestígio e, portanto, de estudo.

Na trilha aberta pelos estudos histórico-comparativos do século XIX, que focavam a estrutura interna dos sistemas linguísticos, Saussure propôs que a pesquisa linguística se pautasse por um caráter descritivo ou sincrônico, e não mais normativo ou histórico, como a tradição ocidental, desde os antigos filólogos alexandrinos, concebe e valora até os dias de hoje os estudos acerca da linguagem.

Não se pretende aqui, no entanto, atribuir a Saussure o pioneirismo exclusivo de tais pontos de vista metodológicos e epistemológicos, uma vez que antes dele vários estudiosos da linguagem já aplicavam procedimentos típicos da linguística moderna. Alguns autores inclusive relativizam o exagerado incensamento que se faz ao linguista suíço, alcunhado por muitos como o “Pai da Linguística Moderna”. Vejamos o que nos diz a respeito BAGNO (pp. 53-54):

"Alguns fatores históricos explicam o sucesso da linguística estruturalista na primeira metade do século XX. Podemos começar mencionando um forte sentimento *antigermânico* que imperava na Europa no final do século XIX e início do XX, decorrente das pretensões expansionistas da Alemanha e que culminaram na eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918). Por isso é que, ao término da II Guerra Mundial (1945), Saussure começou a ser considerado como o 'pai da linguística moderna', um título que até hoje os linguistas alemães se recusam a atribuir ao pensador suíço, uma vez que é perfeitamente possível vincular as origens da linguística moderna ao trabalho dos comparatistas e dos neogramáticos, fundadores da linguística histórica, cujos nomes mais importantes são todos alemães (...) Saussure estudou em Leipzig e em

Berlim, antes de retornar a sua Genebra natal para dar seus famosos cursos. Sua formação, portanto, se fez toda na Alemanha, nas escolas de pensamento linguístico que predominavam naquele país (...)

Muitos desses filólogos e linguistas são, reconhecidamente ou não, devedores dos trabalhos pioneiros do dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832), talvez o verdadeiro merecedor do título de fundador da ciência linguística moderna, com suas intuições brilhantes e suas pesquisas de campo, absolutamente inovadoras para a época, em que os filólogos se limitavam a pesquisas de gabinete, debruçados sobre os manuscritos antigos."

Gostaríamos de ressaltar que, ao tomarmos Saussure como paradigma da instauração da moderna ciência linguística – como faz a tradição dos estudos linguísticos –, destacamos a importância das influências histórica e simbólica de sua insistente argumentação em defesa da consolidação de uma *ciência autônoma da linguagem*. O próprio Saussure, avesso que era aos holofotes e a qualquer tipo de badalação, certamente se sentiria incomodado com um título que lhe puseram à revelia de sua vontade.

O filósofo e pensador russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) empreendeu uma crítica ao enfoque estruturalista em voga na Linguística do começo do século XX, tendência a que chamou de "objetivismo abstrato". Para Bakhtin, a língua, na perspectiva estruturalista, constituiria um sistema abstrato e autônomo de regras a pairar incólume e infensa às contingências do arranjo social e histórico que a engendra e a constitui. Na contramão da perspectiva internalista e autônoma da língua, a análise bakhtiniana envereda pelo enfoque dialógico, e portanto dialético, ou seja, encara o fenômeno linguístico como produto da interação entre sujeitos inseridos em determinada ambiência social e histórica e, ao mesmo tempo, como uma entidade constituidora dos diversos eventos sociais concretos e situados no curso da história humana.

Concebe-se, assim, a língua como um fenômeno perpassado pelo ideológico, uma vez que se entende a linguagem como produto de uma sociedade concretamente estabelecida num determinado momento histórico, decorrendo a eficácia comunicativa do sistema linguístico, fundamentalmente, da interação entre sujeitos concretos e situados na história. Nesse sentido, para BAKHTIN (p. 35):

"Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. Não basta colocar face a face duas pessoas para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo: só assim um sistema de signos pode constituir-se (...) Todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. As formas do signo são condicionadas tanto pela organização social dos indivíduos como pelas condições em que a interação acontece (...) O signo linguístico vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados. O signo se cria entre indivíduos, no meio social."

Pressupõe a crítica bakhtiniana ao estruturalismo linguístico ser insuficiente, a uma concepção abrangente e realista da língua, a análise de sua estrutura como um sistema abstrato de regras, fechado em si mesmo, dotado de uma suposta autonomia em relação ao meio social em que é empregado em contextos enunciativos concretos e ideologicamente condicionados. Para o pensador russo (p. 32), "o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos; ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico". Tal perspectiva, no entanto, não seria levada em consideração pela corrente estruturalista e objetivista da Linguística, que desconsideraria a trama social viva, complexa e dinâmica em que todo sistema linguístico encontra seu nascedouro.

Em sua crítica à visão estruturalista da Linguística, BAKHTIN (p. 69) argumenta que:

"O estudo da face sonora do signo ocupa, na Linguística, um lugar proporcionalmente exagerado. Tal estudo muitas vezes é feito sem nenhum vínculo com a natureza real da linguagem enquanto código ideológico (...) A ideia de uma língua convencional, arbitrária, é característica de toda corrente racionalista da Linguística. Segundo essas correntes, o que interessa não é a relação do signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o engendra, mas a relação de signo para signo no interior de um sistema fechado. *A essas correntes racionalistas só interessa a lógica interna do próprio sistema de signos*; este é considerado independentemente das significações ideológicas que a eles se ligam (...) A 'Escola de Genebra', com Ferdinand de Saussure, mostra-se como a mais brilhante expressão desse objetivismo abstrato." (Destaque nosso)

Esse "objetivismo abstrato" desconsideraria, por exemplo, a faceta histórico-social da linguagem, que, em última instância, representaria o fator determinante da constituição de qualquer sistema linguístico. O estruturalismo procuraria dar conta do "como funciona", mas desconsideraria o "porquê" da constituição dos sistemas linguísticos, como se o estudo da estrutura da língua constituísse um fim em si mesmo e nada tivesse a ver com a trama das relações sociais, em que a língua se materializa e viceja segundo propósitos interacionistas eivados de determinações ideológicas.

Em sua crítica ao formalismo linguístico, MARCUSCHI (p. 20) observa que:

"Todas as nossas manifestações verbais mediante a língua se dão como *textos* e não como elementos linguísticos isolados. Toda

manifestação linguística se dá como discurso, isto é, uma totalidade viva e concreta da língua e não como uma abstração formal que se tornou o objeto preferido e legítimo da Linguística (...) O funcionamento da língua não se esgota nem se dá essencialmente no sistema formal."

O estruturalismo linguístico passaria ao largo também de um processo fundamental e constitutivo da linguagem humana: a variação a que estão inevitavelmente sujeitas todas as línguas naturais. Ao conceber o sistema linguístico como um objeto autônomo, homogêneo e abstrato, a linguística estruturalista desconsideraria essa característica inerente às línguas em geral. Assim sendo, uma análise meramente formalista não daria conta de explicar diversos fenômenos que se processam nas línguas humanas, entre eles a enorme variação a que elas estão sujeitas em função das inúmeras variáveis sociais.

Um dos pioneiros no estudo da variação linguística é o estadunidense William Labov, cujos estudos mostram as regularidades das variações e mudanças linguísticas a partir da análise de determinadas variáveis sociais como classe, gênero e etnia, por exemplo. Para LABOV (pp. 20-21):

"Uma abordagem que considera apenas as pressões estruturais [sistêmicas] dificilmente pode contar a história toda (...) nenhuma mudança acontece num vácuo social (...) não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. As pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua."

Afirmar que a língua sofre variação não significa dizer, no entanto, que não haja um sistema estruturado a regular nossa linguagem cotidiana. Os estudos empreendidos por Labov e por toda a corrente sociolinguística que a ele se seguiu apontam para o fato de que *há sistema dentro da variação* e que as mudanças que

ocorrem na língua seguem determinados princípios estabelecidos pelas variáveis sociais. Labov critica o estruturalismo pelo fato de essa tendência identificar estrutura linguística com homogeneidade da língua e, conseqüentemente, desconsiderar as variações e as mudanças a que estão sujeitos os sistemas linguísticos. Com Labov aprendemos que as variações e as mudanças constituem fenômenos constantes, naturais e intrínsecos a todas as línguas humanas. Como a língua constitui uma forma de comportamento social, sua estrutura vai refletir, obviamente, toda a plasticidade e dinamicidade da vida em sociedade.

Como se pode constatar desta breve exposição acerca da história dos principais estudos linguísticos até meados do século XX, nossa ciência tem um longo e revolucionário caminho ainda a trilhar, tanto no sentido de seu estabelecimento como saber autônomo como na tarefa da desconstrução de uma concepção epistemológica que desvincula a língua do contexto demasiadamente humano que a constitui e que por ela é constituído. Não nos esqueçamos jamais de que humanidade e linguagem constituem realidades siamesas, indissociáveis e, sobretudo, necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. v.2. Campinas: Pontes: 1989.
- BERENBLUM, Andrea. *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *História da linguística*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CRUZ, Marcio Alexandre. Prefácio à edição brasileira. In WHITNEY, W. D. *A vida da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- LLOSA, Mario Vargas. "Em defesa do romance". In *Revista Piauí*, nº 37, out. 2009. (Disponível em <<http://www.revistapiaui.estadao.com.br>>, acesso em 24/08/2010)
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. São Paulo: Paulus, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. In KARWOSKI, Acir Mário et al (orgs.). *Gêneros textuais: reflexão e ensino*. União da Vitória: Kayganguê, 2005.
- MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MUSSALIM, Fernanda. *Linguística I*. Curitiba: Iesde Brasil, 2008.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- OTSU, Roberto. *O caminho sábio: Tao-Te-Ching como fonte de inspiração e orientação pessoal*. São Paulo: Ágora, 2008.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.
- PLATÃO. *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2004.
- VIARO, Mário Eduardo. "A língua do Paraíso". In *Língua Portuguesa*, ano 8, nº 89, março, 2013.